



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Evando Santos Lacerda

Resumo Expandido

Relação entre Despesas com Pessoal e Desenvolvimento Humano: Análise dos Estados Brasileiros Após à Publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal

Brasília, DF
2018

Sumário

1.	base teórica.....	3
2.	Método de investigação.....	4
3.	Resultados e conclusões	5
3.	Referencial Teórico	6

Resumo

Este trabalho teve por propósito investigar, por meio de métodos de análise quantitativos, associações existentes entre indicadores financeiros de gestão pública referentes aos gastos com pessoal nos Estados brasileiros e no Distrito Federal - DF e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). As variáveis correspondentes aos gastos com pessoal foram representadas a partir dos indicadores de Despesas com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (DCP/RCL) e Despesas com Pessoal sobre a Despesa Total (DCP/DT). O IDH é composto por indicadores referente à saúde (longevidade), educação e renda. Os principais dados empregados nesta pesquisa foram obtidos na base da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Na aplicação dos procedimentos estatísticos (análise descritiva, teste de normalidade, correlação e regressão linear múltipla), notou-se uma fraca relação entre os indicadores estudados. Nas condições em que as variáveis foram analisadas, verificou-se, por meio dos estudos de correlação de *Spearman* e da Regressão Linear Múltipla que o indicador que apresentou maior correlação (inversa) com o IDH foi DCP/RCL, ou seja, se o aumento da despesa com pessoal comprometer grande parte da receita disponível haverá redução na qualidade de vida da população.

Palavras chave: Despesas com Pessoal, Desenvolvimento Humano, Estados, LRF.

1. BASE TEÓRICA

A Lei complementar nº 101/2000 é apresentada como “um marco institucional e cultural para viabilizar o controle social” (PEREIRA, 2003, p. 186). Ademais, a LRF orienta, em seu artigo 16, que quaisquer despesas realizadas devem estar respaldadas na lei. Assim, a LRF tem como pressupostos garantir o equilíbrio entre a receita e despesa pública, oferecer maior transparência de gestão fiscal e, principalmente, responsabilizar os gestores do dinheiro público.

A Lei impõe limites de gastos do dinheiro público. Dentre esses limites é possível destacar a fixação de percentual para as despesas com pessoal.

Receitas públicas, em sentido amplo, é todo ingresso de recursos financeiros nos cofres do Estado. As receitas públicas podem ser classificadas em receitas originárias e receitas derivadas. As originárias são receitas que têm origem no próprio patrimônio do ente público ou na atuação do Estado como empresário. As receitas derivadas são rendas que o Estado colhe do setor privado por ato de autoridade, por exemplo: os tributos, as multas, os confiscos, as apreensões e outras penalidades pecuniárias (LIMA e CASTRO, 2013)

As receitas correntes podem ser classificadas de forma sucinta como receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, indústria, de serviços. Pode-se incluir nessa seara as receitas resultantes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de Direito Público ou privado, quando são destinadas a atender despesas classificadas como despesas correntes (CARVALHO, 2014).

Receita Corrente Líquida pode ser sintetizada como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes deduzidos os valores das transferências constitucionais da União para os Estados e Municípios.

Despesas públicas são aplicações em dinheiro arrecado pelo Estado com o objetivo de promover os serviços de ordem pública ou cuidar do próprio desenvolvimento econômico do Estado (CARVALHO, 2014).

Despesa total com pessoal, para efeito da LRF, artigo 18, pode ser entendida como:

[...] o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares, e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais com vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Barreto e Mendonça (2010) consideram a despesas com pessoal como a principal rival das outras contas correntes para o posto de maior gasto público.

O recorte deste estudo, despesas com pessoal na Administração Pública, foi explorado de forma direta ou indireta por diversos pesquisadores de áreas multidisciplinares, na Economia, na Administração Pública, na Contabilidade, etc.

Após a apresentação desta base teórico que foi premissa deste estudo, vale destacar que objetivo desta pesquisa foi analisar se a despesas gastas com pessoal nos Estados e no DF tem influência positiva na qualidade de vida do contribuinte e, por consequência, oferecer subsídios ao cidadão usuário dos serviços públicos para ele ter a capacidade de conhecer, compreender e pensar sobre possibilidades de fiscalizar e cobrar o emprego de recursos públicos de maneira mais eficaz.

2. MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO

Para atingir os objetivos desta pesquisa foram utilizados métodos quantitativos, interpretando e correlacionando três indicadores, sendo dois relativos aos gastos com pessoal e o terceiro pertinente ao desenvolvimento humano. O primeiro e o segundo indicador (percentual das Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – DCP/RCL e percentual das Despesas com Pessoal em relação às Despesas Totais – DCP/RCL) segue a metodologia estabelecida pela LRF e representa a média da despesa com pessoal nos Estados brasileiros e no DF, para o período de 2003 a 2013 (10 anos), calculado a partir da base de dados do Finbra/STN, após ter sido feito a atualização monetária, aplicando o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA). O terceiro indicador foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para o período de 2013, divulgado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Para investigar a relação linear presente entre as variáveis fiscais e o Índice de Desenvolvimento Humano, foi aproveitada informações dos 26 Estados mais o Distrito Federal. Todos os testes foram aplicados através do software (*Statistical Package for the Social Sciences (IBM-SPSS-Statistics)*) versão 22. A princípio buscou-se definir se as variáveis em estudo seguem uma distribuição normal. Para testar a normalidade das variáveis foi aplicado o teste de *Kolmogorov Smirnov (KS)* que é um teste de normalidade feito pelo o *software* SPSS utilizado para avaliar se os dados seguem ou não uma distribuição normal.

O teste de linearidade das variáveis foi aplicado um Modelo de Regressão Linear Múltipla. Temos uma regressão múltipla quando admitimos que o valor da variável dependente seja função linear de duas ou mais variáveis explanatórias (HOFFMANN, 2016).

Para mostrar o relacionamento entre as variáveis foi empregado o exame de correlação. Tendo em vista que o teste de *Kolmogorov Smirnov (KS)* ter demonstrado uma distribuição

não normal, foi aplicado o teste de correlação não paramétrico de *Spearman* que é aplicado entre variáveis em que os pressupostos paramétricos não se verificam em amostra pequena e, sobretudo, quando se opta por conclusões mais conservadoras.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

Antes de apresenter os resultados referente à análise estatística feita por meio de uso do *software* SPSS, vale destacar o cumprimento dos Estados e do Distrito Federal ao limite de 60% das Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida:

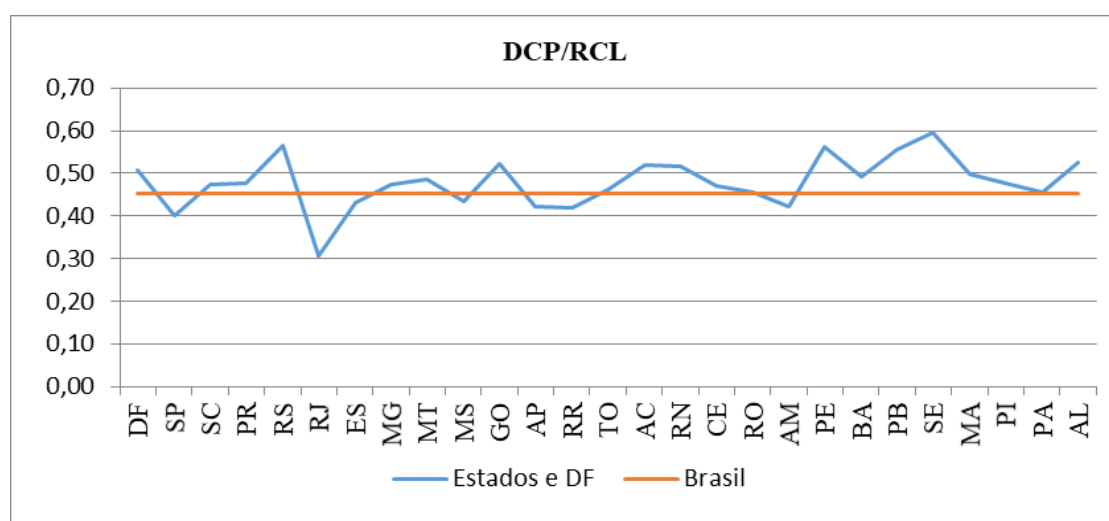


Figura 1: Comportamento da Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (2003-2013)

Os resultados pertinente à análise de dados secundários coletados por meio de uso do software estatístico SPSS, serão descritos a seguir:

Na tabela 1 é apresentada a análise descritiva das variáveis com o cálculo das médias, desvio padrão, mínimo, máximo e coeficiente de variação, com destaque para média 0,7377, com maior magnitude, que reflete o valor da média de desenvolvimento humano.

Tabela 1 - Análise Descritiva das variáveis com o cálculo das médias, Desvio Padrão, Mínimo, Máximo e Coeficiente de Variação.

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Coeficiente de Variação (%)
IDH	0,7377	0,04715	0,6670	0,8390	6,39159
DCP/RCL	0,4786	0,06018	0,3069	0,59431	12,5749
DCP/DT	0,4514	0,05430	0,2903	0,55504	12,0290

Fonte: Elaboração própria

De acordo com a tabela 2, referente ao teste de normalidade de *Kolmogorov Smirnov*, nota-se que os dados seguem uma distribuição não normal, pois a variáveis apresentaram *p-valores* com um nível nominal de significância menor que 5%. Assim, optou-se por trabalhar com estimativas de associação entre as variáveis baseadas no coeficiente de correlação *Spearman*. O coeficiente de correlação de *Spearman* é aplicado entre variáveis em que os pressupostos paramétricos não se verificam em amostra pequena.

Tabela 2 - teste de normalidade de Kolmogorov Smirnov.

<i>Kolmogorov Smirnov</i>			
	Estadística	Amostra	P-valor
IDH	0,136	27	0,02
DCP/RCL	0,087	27	0,02
DCP/DT	0,107	27	0,02

Fonte: Elaboração própria

Na aplicação do teste de correlação de *Spearman* (tabela 3), vale ressaltar o grau de associação entre as médias temporais das variáveis (DCP/RCL) e (IDH) a qual apresentou uma estimativa (negativa) de -0,300 se comportando em sentido contrário. O grau de associação entre as variáveis (DCP/DT) e (IDH) também se comportou em sentido ao contrário -0,172.

Tabela 3 – Correlação de *Spearman* entre os indicadores de DCP/RCL, DCP/DT e IDH dos Estados brasileiro e Distrito Federal.

<i>Spearman</i>				
		<i>IDH</i>	<i>DCP/RCL</i>	<i>DCP/DT</i>
IDH	Coeficiente	1	-0,300	-0,172
	P-valor		0,128	0,391
DCP/RCL	Coeficiente	-0,300	1,000	0,784
	P-valor	0,128		0,000
DCP/DT	Coeficiente	-0,172	0,784	1,000
	P-valor	0,391	0,000	

Fonte: Elaboração própria

Na aplicação do modelo de Regressão Linear Múltipla foi demonstraram uma baixa capacidade preditiva, com valores de R^2 abaixo 0,11. Assim, em posição desta baixa capacidade preditiva, os modelos analisados, auxiliam apenas para demonstrar indicativos das relações entre a variável dependente e as variáveis independentes, não indicando, assim, serem seu emprego oportuno como modelos preditores.

Tabela 4 – Regressão Linear Múltipla com os respectivos *p-valores* entre e o coeficiente de determinação (R^2).

	Coeficientes	Erro padrão	Stat t	<i>P-valor</i>	Beta	R^2
Interseção	0,852	0,077	11,009	000		0,108
DCP/RCL	-0,327	0,301	-1,088	0,287	-0,418	
DCP/DT	0,095	0,333	0,284	0,779	0,109	

Fonte: Elaboração própria

Enfim, pôde-se averiguar, para este modelo, uma relação oposta (negativa) entre o (IDH) e as despesas com pessoal nos Estados e DF (DCP/RCL e DCP/DT), assim sendo, à medida que se onera a folha de pagamento nos Estados e no DF o Índice de Desenvolvimento Humano encolhe. Sendo assim, aumento das despesas com pessoal para além dos limites da LRF, pode está associado com a queda do IDH.

De maneira geral, em resposta aos resultados apresentados, foi constatada uma não normalidade dos dados analisados neste estudo.

Apesar das limitações que foram apresentadas neste trabalho, é esperado que ele possa contribuir para a conscientização da relevância do uso dos índices (indicadores) utilizados para avaliar os desempenhos da gestão pública e sua relação com o desenvolvimento e qualidade de vida da população (indicadores sociais).

Sugestão para trabalho futuro é desenvolver novas pesquisas que explorem outros indicadores que possa diminuir a variabilidade e, desse modo, encontrar melhores estimativas de correlação e capacidade preditiva.

REFERÊNCIAS

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil . (2016). *Radar IDHM*. Acesso em 28 de Janeiro de 2018, disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/RadarIDHM_Analise.pdf

BARRETO, F. A., & MENDONÇA, H. H. (Dezembro de 2010). Uma investigação sobre os determinantes dos gastos com pessoal e Lei de Responsabilidade Fiscal nos municípios nordestinos. *Caderno de Finanças Públicas*(10), 175-193.

BRASIL. (2000). *Lei Complementar n. 101, de 05 de maio de 2000: Lei de Responsabilidade Fiscal*. Brasília, DF.

CARVALHO, D. (2014). *Orçamento e Contabilidade Pública* (6ª ed.). São Paulo: Elsevier .

HOFFMANN, R. (2016). *Análise de regressão: uma introdução a econometria* (5ª ed.). PIRACICABA: Hucitec.

LIMA, D. V., & CASTRO, R. G. (2013). *Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.

PEREIRA, J. M. (2003). *Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.

STN, S. d. (s.d.). Acesso em 22 de Janeiro de 2018, disponível em Tesouro Nacional: www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-aneis



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública (FACE)
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

Evando Santos Lacerda

**Relação entre Despesas com Pessoal e Desenvolvimento Humano: Análise dos Estados
Brasileiros Após à Publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal**

Brasília, DF
2018

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Sérgio Antônio Andrade de Freitas
Decana de Ensino de Graduação

Professora Doutora Helena Eri Shimizu
Decana de Pós-graduação

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professor Doutor César Augusto Tibúrcio Silva
Coordenador do Programa Pós-graduação em Ciências Contábeis

Professora Danielle Montenegro Salamone Nunes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis – Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

Evando Santos Lacerda

Relação entre Despesas com Pessoal e Desenvolvimento Humano: Análise dos Estados Brasileiros Após a Publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador:

Prof. Abimael de Jesus Barros Costa

Linha de pesquisa:

Impactos da Contabilidade na Sociedade

Área:

Finanças Públicas

Brasília, DF
2018

Lacerda, Evando Santos

Relação entre Despesas com Pessoal e Desenvolvimento Humano: Análise dos Estados Brasileiros Após a Publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal/ Evando Santos Lacerda –Brasília, 2018. 61.

Orientador(a): Prof. Abimael de Jesus Barros Costa

Trabalho de Conclusão de curso (Monografia - Graduação) – Universidade de Brasília, Xº Semestre letivo de XXX.
Bibliografia.

1. Despesa com Pessoal 2. Desenvolvimento humano 3. Estados 4. LRF I. Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de Brasília. II. Título.

CDD –

Evando Santos Lacerda

Relação entre Despesas com Pessoal e Desenvolvimento Humano: Análise dos Estados Brasileiros Após a Publicação da Lei de Responsabilidade Fiscal

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) defendido e aprovado no Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública da Universidade de Brasília como requisito à conclusão da disciplina Pesquisa em Ciências Contábeis e obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, aprovado pela seguinte comissão examinadora:

Prof. Dr. Abimael de Jesus Barros Costa
Orientador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade Brasília (UnB)

Prof. Dra. Ludmila de Melo Souza
Examinador
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais
Universidade de Brasília (UnB)

Brasília, DF
2018

AGRADECIMENTOS

Agradecerei primeiramente às mulheres da minha vida: À minha mãe, Maria Dalva, minha fã número um e também meu ídolo. À Kihara e a Mayra, minhas superfilhas, que viram o “papai” ser roubado das brincadeiras das festas durante os anos de curso. À Elvislene, minha esposa.

Além dessas Super Mulheres, outras pessoas foram indispensáveis nessa minha caminhada. O Evânio e o Ernando, meus irmãos, que sempre me motivaram. Os meus colegas de curso, em especial ao Allan e ao Zairo pela amizade e pela parceria em momentos difíceis do curso. Ao meu orientador, Prof. Abimael Barros, que eu comecei a admirá-lo na introdução de sua aula na disciplina de Programação Fiscal e Financeira ao contextualizar o Brasil e o cenário político brasileiro de forma tão singular, também pela sua dedicação à profissão, aproveitando cada minuto do curso, pela sua paciência e humildade. Por fim, queria ressaltar, além de meu orientador, a figura de três professores(a) que marcaram muito essa minha passagem pela Universidade de Brasília, o professor José Lúcio Tozetti Fernandes, o professor José Alves Dantas e a professora Clésia Camilo Pereira, pelo comprometimento, por otimizar cada minuto de aula em pró do aluno, pela teoria bem explicada, pelo os exercícios respondidos e explicados cada detalhe em sala de aula.

Sem cada um de vocês essa meta não se realizaria.
Muito obrigado!

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo investigar associações existentes entre indicadores financeiros de gestão pública referentes aos gastos com pessoal nos Estados brasileiros e no Distrito Federal - DF e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Os métodos de análise aplicados foram quantitativos. Analisou-se as variáveis correspondentes aos gastos com pessoal nos Estados brasileiros e no Distrito Federal-DF a partir dos indicadores de Despesas com pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (DCP/RCL), Despesas com Pessoal sobre à Despesa Total (DCP/DT) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O período selecionado para investigação dos indicadores financeiros (DCP/RCL e DCP/DT) foi de 2003 a 2013 (10 anos) o indicador social IDH é referente ao ano de 2013. Os principais dados empregados nesta pesquisa foram obtidos na base da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e no Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Na aplicação dos procedimentos estatísticos (análise descritiva, teste de normalidade, correlação e regressão linear múltipla), notou-se uma fraca relação entre os indicadores estudados. Nas condições em que as variáveis foram analisadas, verificou-se, por meio dos estudos de correlação de *Spearman* e da Regressão Linear Múltipla que o indicador que apresentou maior correlação (inversa) com o IDH foi DCP/RCL, ou seja, se o aumento da despesa com pessoal comprometer grande parte da receita disponível haverá redução na qualidade de vida da população.

Palavras chave: Despesas com Pessoal, Desenvolvimento Humano, Estados, LRF.

ABSTRACT

This work has as purpose to investigate existing associations between financial indicators of public spending related to Personnel Expenses in the Brazilian States and Distrito Federal – DF and the Human Development Index (HDI). The methods of applied analysis were quantitative. The variables corresponding to Personnel Expenses in the Brazilian States and in Distrito Federal were analyzed starting from Indicators of Personnel Expenses on Net Income, Personnel Expenses on Total Expenditure and Human Development Index (HDI). The selected period for investigation of financial indicators was since 2003 to 2013 (10 years). The social indicator of HDI refers to the year of 2013. The main data used in this research were obtained in the basis on the Secretariat of the National Treasury (SNT) and in the Atlas of Human Development in Brazil. In the application of statistical procedures (descriptive analysis, normality test, correlation and multiple linear regression), noticed a weak relation between the studied indicators. In the conditions that the variables were analyzed, was verified through the correlation studies of *Spearman* and Multiple Linear Regression that the indicators that presented higher (inverse) correlation with HDI was Indicators of Personnel Expenses on Net Income, that is, if the increase of Personnel Expenses compromise a majority of the available revenue, there will be a reduction in the population's quality of life.

Keywords: Personnel Expenditures, Human Development, States, LRF.

Sumário

1.	INTRODUÇÃO	17
2.	DESPESAS COM PESSOAL <i>VERSUS</i> DESENVOLVIMENTO HUMANO	18
2.1	Despesas e Receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	18
2.2	Resultados de estudos relacionados ao recorte da pesquisa.....	20
3.	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
4.	APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	24
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
6.	APÊDICE A - Planilhas referentes aos cálculos.....	24
7.	APÊDICE B - Modelo de planilha de artigos lidos para estruturação do referencial teórico	30

4. INTRODUÇÃO

A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF pode ser considerada um marco na administração pública, pois busca a garantia do equilíbrio das contas públicas nas três esferas de governo, estabelece parâmetros de controle dos gastos, limita o endividamento, cria mecanismo de transparência e controle “fiscossocial” (BARRETO e MENDONÇA, 2010).

Neste sentido, a LRF preconiza sobrepor maior responsabilidade na gestão pública. Para este fim, dirige-se atenção especial à prestação de contas pelos gestores do dinheiro público. A responsabilidade está conferida aos limites impostos com objetivo de outorgar efeitos nesta Lei Complementar.

Nesse quadro, a LRF passa a se configurar como instrumento para atenuar os problemas de governabilidade, necessitando-se, portanto, de novas questões para análise da agenda de políticas públicas: Em que medida as Despesas com Pessoal tem impacto com a renda do brasileiro? Em que medida as Despesas com Pessoal tem impacto com educação nos Estados? Em fim, qual o impacto das Despesas com Pessoal na qualidade de vida do povo brasileiro? Se os Estados cumpriram, no período analisado, a meta com Despesa com Pessoal sobre a receita corrente líquida, então porque há tantos problemas de liquidez sobre as folhas de pagamentos dos servidores?

É nesse contexto de indagações que se registra a presente pesquisa. Objetiva-se, portanto, analisar o impacto que os indicadores financeiros têm sobre os indicadores sociais. Para alcançar esse objetivo, recorreu-se a importantes bases de dados com destaque para o Sistema de Finanças do Brasil (FIBRAN) o qual se dispõe de dados sobre receitas e despesas dos Estados e do DF, nesta base tem-se acesso a quantidade de recursos que têm sido designados para pagamento de pessoal nos Estados e no DF.

Estudos correlacionando indicadores sociais a indicadores de gestão pública são pouco realizado no Brasil. Por isso se dá a relevância dessa pesquisa, pois oferta uma maior gama de acesso ao usuário do serviço público em seu dever de fiscalizar e cobrar do gestor maior eficiência no trato do dinheiro público e, por consequência, maior qualidade no serviço que chega ao cidadão.

Este trabalho está dividido em 5 seções: a primeira trata-se desta breve introdução; a segunda seção foi reservada ao referencial teórico que é a base de premissa deste estudo; a terceira seção foi dirigida para os procedimentos metodológicos; a quarta seção foi dedicada apresentação dos dados e análise dos resultados; e por fim, na quinta seção foi deliberada as considerações finais, apresentando-se as conclusões do processo investigatório, limitações e sugestões para desenvolvimento de futuros trabalhos.

5. DESPESAS COM PESSOAL *VERSUS* DESENVOLVIMENTO HUMANO

5.1 Despesas e Receitas públicas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

A aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 é resultado de determinações constitucionais, pois a Constituição Federal brasileira, ao tratar das Finanças Públicas, em seu artigo 163, inciso i, determinou que uma lei complementar deve dispor sobre finanças públicas, em seu sentido lato (PEREIRA, 2012).

Assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal busca garantir o equilíbrio das contas públicas nas três esferas de governo. Passado quase duas décadas a LRF pode ser considerada um marco na administração pública, porque estabelece parâmetros de controle dos gastos, limitando, portanto, o endividamento e, por consequência, foi criado mecanismo de transparência e controle “fiscossocial” (BARRETO e MENDONÇA, 2010).

De certa maneira, com a implementação da LRF o Brasil conseguiu controlar suas contas e o déficit público crescente, pois a Lei impõe limites de gastos do dinheiro público. Dentre esses limites é possível destacar a fixação de percentual para as despesas com pessoal. Portanto, a Lei de Responsabilidade Fiscal é um importante instrumento de política pública de controle o qual abarca, em sua conjuntura, regras para o planejamento governamental e para a transparência dos gastos.

A Lei complementar nº 101/2000 é apresentada como “um marco institucional e cultural para viabilizar o controle social” (PEREIRA, 2003, p. 186). Ademais, a LRF orienta, em seu artigo 16, que quaisquer despesas que sejam realizadas devem estar respaldadas na lei. Assim, a Lei de Responsabilidade Fiscal tem como pressupostos garantir o equilíbrio entre a receita e despesa pública, oferecer maior transparência de gestão fiscal e, principalmente, responsabilizar os gestores do dinheiro público.

Em sentido amplo, receitas públicas são todos os ingressos de recursos financeiros nos cofres do Estado. Em sentido estrito, chamam-se públicas apenas as receitas orçamentárias (MCASP, 2017). Destam forma, as receitas públicas costumam ser classificadas em receitas originárias e receitas derivadas. As originárias são receitas que têm origem no próprio patrimônio do ente público ou na atuação do Estado como empresário. Já as receitas derivadas são rendas que o Estado colhe do setor privado por ato de autoridade, por exemplo: os tributos, as multas, os confiscos, as apreensões e outras penalidades pecuniárias (LIMA e CASTRO, 2013)

As receitas correntes podem ser sintetizadas como receitas tributárias, de contribuições, patrimonial, agropecuária, indústria, de serviços. Pode-se incluir nessa seara as receitas resultantes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de Direito Público ou privado, quando são destinadas a atender despesas classificadas como despesas correntes (CARVALHO, 2014).

As receitas correntes também podem ser reconhecidas como ingressos de recursos financeiros resultantes de atividades operacionais para destinação em proporcionais despesas correntes, visando, assim, ao atendimento dos objetivos e ações dos governantes (LIMA e CASTRO, 2013)

A Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 2º, refere-se à Receita Corrente Líquida como o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias,

de serviços, transferências correntes e outras receitas também correntes deduzidos os valores das transferências constitucionais da União para os Estados e Municípios.

A LRF, artigo 2º, parágrafo 3º, determina que a receita corrente líquida será reconhecida quando somadas as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze meses anteriores, excluídas as duplicidades. Logo, é importante ressaltar que a RCL é medida no período de um ano. Não é obrigatório que seja no ano civil.

Em concordância com o Manual de Demonstrativo Fiscal, 7ª edição, a RCL tem como principal objetivo servir de indicador para montar o valor da reserva de contingência, para impor limites com: “os gastos com pessoal, a dívida consolidada líquida, as operações de créditos antecipadas por receitas orçamentárias.”

Dessa forma, quanto maior a soma relativa à RCL, maior será a capacidade para contratar funcionários públicos e conceder reajustes salariais (valorizar os servidores já contratados). Ademais, o gestor contará com maior liberdade para enfrentar a dívida pública, como também realizar operações de créditos.

A despesa pública pode ser definida, de forma sucinta, como a soma de dispêndios realizados pelos entes públicos para subsidiar os serviços públicos ofertados à sociedade ou para realização de investimentos. Assim, as despesas públicas são aplicações em dinheiro arrecado pelo Estado com o objetivo de promover os serviços de ordem pública ou cuidar do próprio desenvolvimento econômico do Estado (CARVALHO, 2014).

Barreto e Mendonça (2010) consideram as despesas com pessoal como a principal rival das outras contas correntes para o posto de maior gasto público. Para efeito da Lei de Responsabilidade Fiscal, artigo 18, entende-se como despesa total com pessoal:

[...] o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares, e de membros de poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais com vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

Por fim, considerando, ainda que a LRF na Seção II e no Capítulo IV quando trata da despesa pública estabelece os limites máximos de comprometimento da receita corrente líquida com despesas com pessoal, conforme detalhado a seguir.

Quadro 1: Limites Máximos para Despesa com Pessoal

Poder	União	Estados	Municípios
Executivo	40,9%	49,0%	54,0%
Legislativo	2,5%	3,0%	6,0%
Judiciário	6,0%	6,0%	-
Ministério Público	0,6%	2,0%	-
Total	50,0%	60,0%	60,0%

Fonte: elaborado pelos autores baseados na LRF (2000)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi criado em 1990, a partir da perspectiva de Amartya Sen e Mahgub ul Haq. O fator inovado do IDH foi a criação de um indicador sintetizado com o pressuposto de referência para o nível de desenvolvimento humano de uma localidade. O IDH varia entre 0 (valor mínimo) e 1 (valor máximo), e sua composição é uma medida composta por indicadores referente à saúde (longevidade), educação e renda (Atlas, 2016).

O subíndice da dimensão Longevidade é calculado a partir de um único indicador – a esperança de vida ao nascer. O Subíndice da dimensão Educação é sintetizado por dois outros subíndices: Escolaridade da população adulta (medida pela proporção de pessoas com 18 anos ou mais que tenha completado o ensino fundamental) e o subíndice Frequência Escolar que é composto por quatro indicadores (proporção de crianças de 5 a 6 anos de idade frequentando a escola, de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental completo, de adolescentes na faixa de 15 a 17 anos com o ensino fundamental completo e de jovens e adultos que tenha completado o ensino médio). O subíndice renda é apanhado a partir do logarítmo de um único indicador: renda domiciliar *per capita* (ATLAS, 2016)

Na próxima seção serão abordados estudos que relacionam-se de forma direta ou indireta ao recorte da pesquisa em tela.

5.2 Resultados de estudos relacionados ao recorte da pesquisa

O recorte deste estudo, despesas com pessoal na Administração Pública, foi explorado de forma direta ou indireta por diversos pesquisadores de áreas multidisciplinares, na Economia, na Administração Pública, na Contabilidade, entre outras. Assim, por exemplo, destacam-se os estudos de Souza *et al.* (2008), Corbari *et al.* (2009), Barreto e Mendonça (2010), Gerigk e Clemente (2011), Dias e Campos (2012), Azevedo (2013), Silva *et al.* (2015), Salvagnin (2016) e Medeiros *et al.* (2017).

Souza *et al.* (2008) utilizam-se de um estudo de caso aplicado ao Município de Coqueiros do Sul-RS, com objetivo de delinear um sistema de avaliação do resultado e desempenho de unidades de saúde pública, mensurando os efeitos dos custos e o impacto da ociosidade dos recursos na composição dos custos. Os autores constataram que o impacto da ociosidade dos recursos na composição do custo total deve ser monitorada de forma a se reduzir e evitar desperdícios de recursos públicos. Assim, o modelo de custeamento proposto pôde possibilitar uma apuração acurada do resultado econômico do município, oferecendo fundamentos para o gestor tomar decisões que tornem o serviço público mais eficaz.

Corbari *et al.* (2009) construíram dois modelos econométricos com objetivo de analisar se a LRF, como mecanismo de restrição fiscal, influenciou no padrão de endividamento praticados pelos municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes. Os resultados dos modelos indicam que as variáveis em estudo (Estrutura de Capital e Endividamento Defasado) alterou o padrão de influência sobre o endividamento público no decorrer do período estudado. As variáveis selecionadas relativas à gestão financeira e a LRF mostram-se, portanto, segundo os autores, estatisticamente adequadas para explicar e prever o endividamento dos municípios com mais de 100 mil habitantes.

Barreto e Mendonça (2010) investigaram, a partir de uma amostra de 720 municípios nordestinos, os determinantes dos gastos com pessoal e Lei de Responsabilidade Fiscal, no período de 1998 a 2008. Neste trabalho, eles puderam concluir que os gastos nos municípios nordestinos estiveram em trajetória crescente, todavia, em conformidade com LRF. Apesar da conformidade com a lei, os autores observaram um cenário de estrangulamento financeiro dos municípios estudados. Para eles, a RCL, em razão de sua composição, não é um indexador ideal dos gastos e não pode ser considerada para fins de gerenciamento, tomada de decisão e liquidez.

Gerigk e Clemente (2011) concluíram que as despesas gastas com pessoal exerceram influência negativa sobre o espaço para manobra de gestão financeira sobre os municípios analisados com advento da LRF. Assim, apesar de os resultados analisados revelarem que se torna mais importante o papel do gestor, foi ilustrado, também, que a despesa com pessoal

sobre os municípios estudados contrariam o senso comum, porque exercem com folga espaço para manobra da gestão financeira.

Dias e Campos (2012) analisaram, por meio de estudos sobre a aplicação da LRF nos Municípios goianos, os aspectos relevantes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), relacionando-a ao papel do administrador na gestão pública. Neste estudo, os autores concluíram que a LRF, ainda, não foi adotada de forma efetiva nos municípios goianos, haja vista os municípios encontrarem dificuldades para adequação da Lei. Foi percebido, nessa pesquisa, despreparo dos gestores, processos movidos pelo Ministério Público contra prefeitos, chegando a situação de cassação de mandato.

Azevedo (2013) analisou alguns indicadores de atendimento à LRF nos Municípios de São Paulo, comparando-os com indicadores pré-AUDES (2004 a 2007) com período pós-AUDES (2008 a 2011). O autor constatou, por meio de dados colhidos junto ao Tribunal de Contas de São Paulo, que após o início da informatização do controle externo com o projeto AUDES, houve uma melhoria nos indicadores fiscais.

Costa e Tavares (2014) analisaram a relação entre variáveis socioeconômicas e a gestão dos municípios dos Estados de Minas Gerais por meio do índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). Dentre os indicadores estudados, aquele que apresentou maior relação com os componentes do índice FIRJAN foi o rendimento mensal domiciliar per capita nominal, sendo que as outras relações foram de baixa magnitude e/ou não significativa. Os autores destacam limitação do estudo, visto que em suas análises dada a baixa capacidade preditiva dos modelos que segundo eles pode estar associadas à alta variabilidade presente nos municípios estudados.

Silva *et al.* (2015) avaliaram as funções de governo, consideradas como gastos públicos na melhoria da qualidade de vida, tendo como base os 40 melhores municípios classificados no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM). “IDHM é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação, e renda (SILVA *et al.*, 2015, p. 2).” O autores utilizaram-se da técnica da Análise de Componentes Principais (ACP), construindo o Índice de Desempenho dos Gastos Públicos na Melhoria de Qualidade de Vida (assistência social; previdência social; saúde; cultura; direitos e cidadania; urbanismo; habitação; saneamento, desporto e lazer). A maior representatividade na composição do índice foi para a função educação e a menor foi para a função previdência social.

Salvagnin (2016) com objetivo de identificar, desenvolver e aplicar indicadores relevantes investigou as características de finanças públicas que resultam em um desempenho mais ou menos eficiente dos municípios da região metropolitana de São Paulo no cumprimento de suas atribuições, concluindo que tanto referente à receita quanto à despesas, foi identificado uma tendência que os serviços oferecidos dependem mais da gestão e menos da quantidade de recursos.

Medeiros *et al.* (2017) estudaram a condição da saúde dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2009 sobre a ótica Lei de Responsabilidade Fiscal e as despesas com pessoal da saúde. Eles concluíram que houve certa elevação nas despesas total com pessoal, de 1,3% ao ano, além de uma baixa na dependência dos municípios aos recursos de transferência. As análises dos gastos com pessoal da saúde revelaram discordâncias com os discursos de secretários municipais de saúde, que vinculam a crise de governabilidade do setor à LRF. Os autores afirmam que, embora apresente limites, o Finbra é a principal fonte primária de dados sobre as finanças públicas municipais brasileiras.

Por fim, após destacar a contribuição de pesquisas anteriores ao estudo da relação da despesa com pessoal dos estados brasileiros com o desenvolvimento humano, na próxima seção serão detalhados os procedimentos metodológicos adotados nesta investigação.

6. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesta pesquisa são considerados três indicadores, sendo dois relativos aos gastos com pessoal e o terceiro pertinente ao desenvolvimento humano. O primeiro e o segundo indicador (percentual das Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida – DCP/RCL e percentual das Despesas com Pessoal em relação às Despesas Totais – DCP/RCL) segue a metodologia estabelecida pela LRF e representa a média da despesa com pessoal nos Estados brasileiros e no DF, para o período de 2003 a 2013 (10 anos), calculado a partir da base de dados do Finbra/STN, após ter sido feito a atualização monetária, aplicando o Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA). O terceiro indicador foi o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), para o período de 2013, divulgado pelo Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

A seguir a tabela 1 com composição dos indicadores estaduais mediante dados declarados no FINBRA e a composição do Índice de Desenvolvimento Humano por meio de dados apresentados no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil:

Tabela 1- Indicadores Fiscais aplicados aos Estados Brasileiros

Indicador	Cálculo	Interpretação
Percentual das Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (DCP/RCL)	Despesas com Pessoal	Quanto menor melhor
	Receita Corrente Líquida	
Percentual das Despesas com Pessoal em relação às Despesas Totais (DCP/DT)	Despesas com Pessoal	Quanto menor melhor
	Despesas Totais	
Média geométrica dos subíndices: Educação, Renda e Longevidade (IDH)	$\sqrt[3]{I_{Educação} \times I_{Renda} \times I_{Longevidade}}$	Quanto maior melhor

Fonte: Elaboração própria

Para atingir os objetivos desta pesquisa foram utilizados métodos quantitativos de análises por meio de modelo de Regressão Linear Múltipla e Correlação aos quais se verificam pressupostos não paramétricos. Métodos quantitativos, segundo Creswell (2007, p. 35), “é utilizado em técnicas com experimentos, levantamentos e coletas de dados, instrumentos predeterminados que geram dados estatísticos.”

Para efetuar a análise de dados, foram coletadas informações dos Estados e do Distrito Federal - DF, no período de 2003 a 2013, compreendendo um conjunto de variáveis fiscais (referentes às Despesas com Pessoal e à Receita Corrente Líquida) e de variáveis sociais (pertinente à qualidade de desenvolvimento humano).

No Sistema de Finanças do Brasil (FINBRA) foram investigados os indicadores que correspondem ao percentual de despesas com pessoal nos Estados e no DF e no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil foram utilizados os Índices de Desenvolvimento Humano dos Estados e do DF.

Os sistemas de informações são, respectivamente, de competência da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Para investigar a relação linear presente entre as variáveis fiscais e o Índice de Desenvolvimento Humano, foi aproveitado informações dos 26 Estados mais o Distrito Federal. Todos os testes foram aplicados através do software (*Statistical Package for the Social Sciences (IBM-SPSS-Statistics)*) versão 22. A princípio buscou-se definir se as variáveis em estudo seguem uma distribuição normal. Para testar a normalidade das variáveis foi aplicado o teste de

Kolmogorov Smirnov (KS) que é um teste de normalidade feito pelo o *software* SPSS utilizado para avaliar se os dados seguem ou não uma distribuição normal.

Para mostrar o relacionamento entre as variáveis foi empregado o exame de correlação. Tendo em vista que o teste de *Kolmogorov Smirnov* (KS) ter demonstrado uma distribuição não normal foi aplicado o teste de correlação não paramétrico de *Spearman*.

Será aplicado um Modelo de Regressão Linear Múltipla. Temos uma regressão múltipla quando admitimos que o valor da variável dependente seja função linear de duas ou mais variáveis explanatórias. O modelo estatístico de uma Regressão Linear Múltipla com k variáveis explanatórias é representado a seguir (HOFFMANN, 2016):

$$Y = \alpha + \beta_1 X_{1j} + \beta_2 X_{2j} + \dots + \beta_k X_{kj} + u_j, \quad j = 1, \dots, n$$

Na Fórmula: α é o parâmetro de intercepto (termo constante); β_1 : é o parâmetro de inclinação da relação entre X e Y - matem fixos os outros fatores em u ; β_2 : é o parâmetro associado a X_2 e assim por diante. κ : é o número inteiro; u é o termo de perturbação da relação (termo de erro). Assim, ao se ajustar uma regressão linear múltipla através do método dos mínimos quadrados, a estimativa do coeficiente de uma variável X_1 mede o efeito linear de X_1 sobre Y após serem descontadas de ambas variáveis as influencias lineares de todas variáveis explanatórias consideradas no modelo (HOFFMANN, 2016).

A próxima seção será dedicada à apresentação dos dados e análises dos resultados.

7. APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

A partir da Figura 1 e da Figura 2, visualiza-se o comportamento das Despesas com Pessoal (DCP/RCL e DCP/DT). Destaca-se pelo cumprimento dos Estados e Distrito Federal ao limite de 60% das Despesas com Pessoal em relação à Receita Corrente Líquida. A Figura 3 expressa a qualidade e o desenvolvimento humano (IDH) nos Estados e no DF.

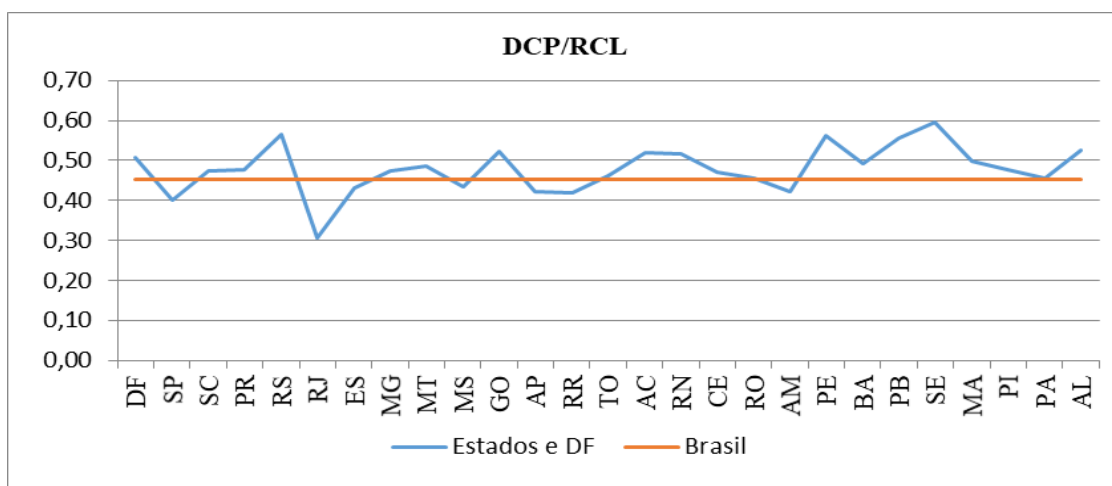


Figura 1: Comportamento da Despesa com Pessoal sobre a Receita Corrente Líquida (2003-2013)

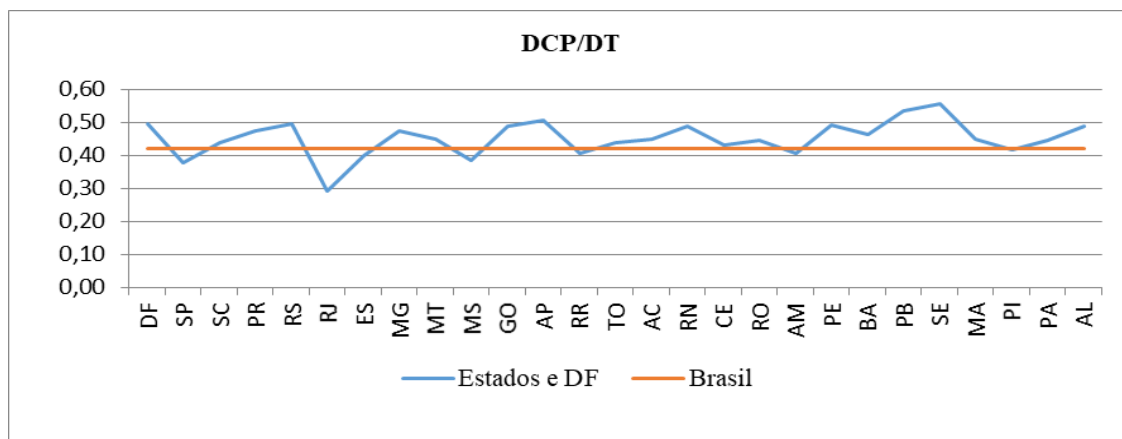


Figura 2: Comportamento da Despesa com Pessoal sobre a Despesa Total (2003-2013)

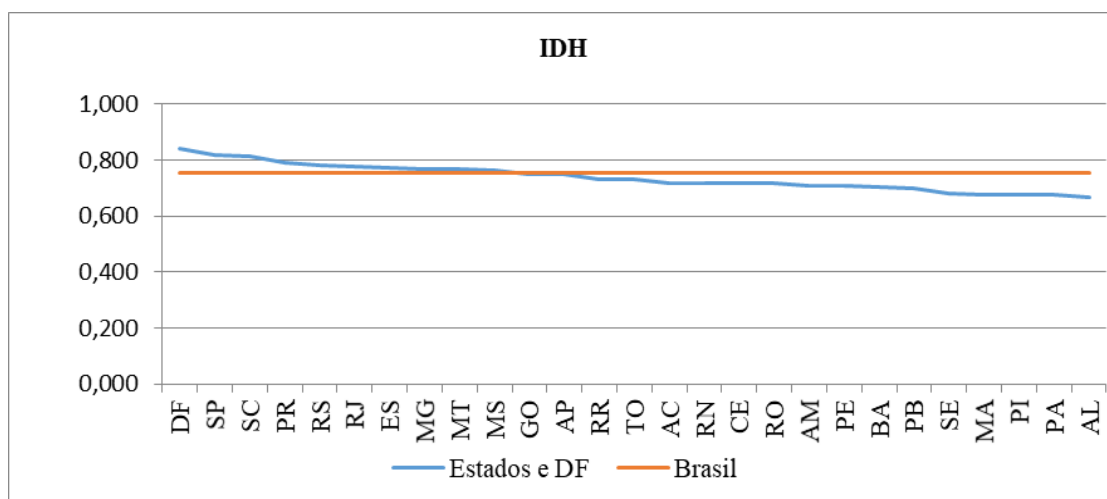


Figura 3: Índice de Desenvolvimento Humano (2013)

Nessa seção será apresentado o processo referente à análise de dados secundários coletados por meio de uso do software estatístico SPSS. Na tabela 2 é feita a apresentação da análise descritiva dos dados utilizados neste estudo. A média de maior magnitude apresentada é 0,7377 que reflete o valor da média de desenvolvimento humano estadual. O maior percentual de variação ($[\text{desvio padrão} / \text{média}] \times 100$) é apresentada pela variável representada pelo índice DCP/RCL dos Estados e do Distrito Federal com 12,5749 %, representando a variação da variável para cima ou para baixo de sua média, mostrando, portanto uma baixa discrepância de perfis dos Estados Brasileiros. Ao comparar os valores de máximos e mínimos foi percebida uma baixa amplitude total para maioria das variáveis.

Tabela 2 - Análise Descritiva das variáveis com o cálculo das médias, Desvio Padrão, Mínimo, Máximo e Coeficiente de Variação.

	Média	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo	Coeficiente de Variação (%)
IDH	0,7377	0,04715	0,6670	0,8390	6,39159
DCP/RCL	0,4786	0,06018	0,3069	0,59431	12,5749
DCP/DT	0,4514	0,05430	0,2903	0,55504	12,0290

Fonte: Elaboração própria

Na aplicação do teste de normalidade de *Kolmogorov Smirnov*, foi verificado que todas as variáveis apresentaram p-valores menores que 0,05 e considerando um nível nominal de significância de 5%, foi rejeitada a hipótese de nulidade, correspondendo, portanto, que os dados seguem uma distribuição não normal.

Assim, optou-se, por trabalhar com estimativas de associação entre as variáveis baseadas no coeficiente de correlação *Spearman*. O coeficiente de correlação de posto de *Spearman* é aplicado entre variáveis em que os pressupostos paramétricos não se verificam em amostra pequena e, sobretudo, quando se opta por conclusões mais conservadoras. Os resultados da aplicação do teste de normalidade de *Kolmogorov Smirnov* estão apresentados na tabela 3 e os resultados referentes às estimativas do coeficiente de correlação de posto de *Spearman* estão apresentado no tabela 4.

Tabela 3 - teste de normalidade de Kolmogorov Smirnov.

<i>Kolmogorov Smirnov</i>			
	Estadística	Amostra	P-valor
IDH	0,136	27	0,02
DCP/RCL	0,087	27	0,02
DCP/DT	0,107	27	0,02

Fonte: Elaboração própria

É importante verificar o grau de associação entre as médias temporais das variáveis que compõe os índices pertinentes às despesas com pessoal nos Estados brasileiro e no Distrito Federal (DCP/RCL e DCP/DT) com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Foi apurado que a estimativa de maior significância ocorreu entre as variáveis: (DCP/RCL) e (IDH) a qual apresentou uma estimativa de -0,300, indicando associação negativa, portanto, se comportando em sentido contrário. O grau de associação entre as variáveis (DCP/DT) e (IDH) também se comportou em sentido ao contrário -0,172. Vale ressaltar que Costa e Tavares (2014) ao pesquisarem relações entre variáveis socioeconômicas e a gestão pública dos Municípios de Minas Gerais por meio do índice FIRJAN apuraram valor “negativo” (-0,0302) do coeficiente referente à taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais.

Tabela 4 – Correlação de *Spearman* entre os indicadores de DCP/RCL, DCP/DT e IDH dos Estados brasileiro e Distrito Federal.

<i>Spearman</i>				
		<i>IDH</i>	<i>DCP/RCL</i>	<i>DCP/DT</i>
IDH	Coefficiente	1	-0,300	-0,172
	P-valor		0,128	0,391
DCP/RCL	Coefficiente	-0,300	1,000	0,784
	P-valor	0,128		0,000
DCP/DT	Coefficiente	-0,172	0,784	1,000
	P-valor	0,391	0,000	

Fonte: Elaboração própria

Para aprimorar o conhecimento da relação foi aplicado o modelo de Regressão Linear Múltipla, conforme resultados na tabela 5. Entre as variáveis relacionadas o (IDH) é a variável dependente, os índices relativo às despesas com pessoal nos Estados brasileiros e no DF foram classificados como variáveis independentes. Os coeficientes alcançados em cada um dos modelos de regressão assim como os seus relativos p-valores são apresentados na tabela 5.

Tabela 5 – Regressão Linear Múltipla com os respectivos *p-valores* entre e o coeficiente de determinação (R^2).

	Coefficientes	Erro padrão	Stat t	<i>P-valor</i>	Beta	R^2
Interseção	0,852	0,077	11,009	000		0,108
DCP/RCL	-0,327	0,301	-1,088	0,287	-0,418	
DCP/DT	0,095	0,333	0,284	0,779	0,109	

Fonte: Elaboração própria

O alcance preditivo de cada um dos modelos atingidos também está exposto na Tabela 5, por intermédio do Coeficiente de Determinação (R^2). Os modelos analisados demonstraram uma baixa capacidade preditiva, com valores de R^2 abaixo 0,11. Assim, em posição desta baixa capacidade preditiva, os modelos analisados, auxiliam apenas para demonstrar indicativos das relações entre a variável dependente e as variáveis independentes, não indicando, assim, serem seu emprego oportuno como modelos preditores.

Foi averiguada, para este modelo, uma relação oposta, negativa entre o (IDH) e as despesas com pessoal nos Estados e DF (DCP/RCL e DCP/DT), por conseguinte, à medida que se onera a folha de pagamento nos Estados e no DF (aumenta os indicadores de despesas com pessoal) o Índice de Desenvolvimento Humano encolhe. Sendo assim, aumento das despesas com pessoal para além dos limites da LRF, pode está associado com a queda do IDH.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De maneira geral, em resposta aos resultados apresentados, foi constatada uma não normalidade dos dados analisados neste estudo. É possível perceber, na tabela 5, que a variável Despesas com pessoal nos Estados e DF em relação à Receita Corrente Líquida (DCP/RCL) foi a que obteve o maior valor de coeficiente, no modelo de Regressão Linear Múltipla. Esta variável requer destaque, pois obteve como coeficiente o valor -0,327, sendo o maior valor por ter maior capacidade preditiva dos dados, quanto maior a Despesa com Pessoal nos Estados e no DF menor será a qualidade e o desenvolvimento humano nesse local.

A baixa capacidade preditiva encontrada nos modelos de regressão pode estar associada à alta variabilidade presente nos Estados e no Distrito Federal para as variáveis que foram analisadas. Verificou-se por meio das análises de correlação de *Spearman* e Regressão Linear Múltipla uma fraca relação entre os indicadores DCP/RCL e DCP/DT em relação ao IDH.

Apesar das limitações que foram apresentadas neste trabalho, é esperado que ele possa contribuir para a conscientização da relevância do uso dos índices (indicadores) utilizados para avaliar os desempenhos da gestão pública e sua relação com o desenvolvimento e qualidade de vida da população (indicadores sociais). O objetivo desse estudo foi alcançado por meio dos estudos do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), avaliado por meio da correlação com o percentual das despesas com pessoal sobre a receita corrente líquida (DCP/RCL) e o percentual das despesas com pessoal sobre a despesa total (DCP/DT) referentes aos Estados e o Distrito Federal.

A publicação de trabalhos como este leva o cidadão contribuinte e usuário dos serviços públicos a ter a capacidade de conhecer, compreender e pensar sobre possibilidades de fiscalizar e cobrar o emprego de recursos públicos de maneira mais eficaz, por esse motivo este estudo é tão relevante.

Sugestão para trabalho futuro é desenvolver novas pesquisas que explorem outros indicadores que possa diminuir a variabilidade e, desse modo, encontrar melhores estimativas de correlação e capacidade preditiva.

REFERÊNCIAS

- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL . (2016). *Radar IDHM*. Acesso em 28 de Janeiro de 2018, disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/RadarIDHM_Analise.pdf
- AZEVEDO, R. R. (25 e 26 de Julho de 2013). Uma Análise dos Índices da LRF nos Municípios Paulistas Após a Implementação do Projeto AUDESP. *XIII Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*.
- BARRETO, F. A., & MENDONÇA, H. H. (Dezembro de 2010). Uma investigação sobre os determinantes dos gastos com pessoal e Lei de Responsabilidade Fiscal nos municípios nordestinos. *Caderno de Finanças Públicas*(10), 175-193.
- BRASIL. (2017). *Manual de Demonstrativo Fiscal - MDF* (7ª ed.). Brasília.
- BRASIL. (2000). *Lei Complementar n. 101, de 05 de maio de 2000: Lei de Responsabilidade Fiscal*. Brasília, DF.
- CARVALHO, D. (2014). *Orçamento e Contabilidade Pública* (6ª ed.). São Paulo: Elsevier .
- CORBARI, E., MACEDO, J. D., FREITAG, V. D., & JUNIOR , P. S. (2009). Efeitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no Endividamento dos Municípios Brasileiros: Uma Análise de Dados em Painéis. *Revista de Contabilidade & Finanças*.
- COSTA, T. B., & TAVAVES, M. (2º semestre de 2014). Estudo da Relação entre Variáveis Socioeconômicas e a Gestão dos Municípios do Estado de Minas Gerais Por Meio do Índice FIRJAN. *Brazilian Journal of Quantitative Methods Applied to Accounting*.
- CRESWELL, J. W. (2007). *Projeto de Pesquisa - Metodos qualitativos, quantitativos e misto* (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- DIAS, L. M., & CAMPOS , M. (2 e 23 de junho de 2012). Lei de Responsabilidade Fiscal: Aplicação e Importância. *Anais da Conferência Internacional de Estratégia em Gestão, Educação e Sistemas de Informação (CIEGESI)*.
- FAZENDA, M. D., & NACIONAL, S. D. (2017). *Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP* (7ª ed.). Brasília.
- GERIGK, W., & CLEMENTE, A. (Maio/Junho de 2011). Influência da LRF sobre a Gestão Financeira: Espaço de Manobra dos Municípios Paranaenses Extremamente Pequenos. *Revista de Administração Contemporânea* , 15, 513-537.
- HOFFMANN, R. (2016). *Análise de regressão: uma introdução a econometria* (5ª ed.). PIRACICABA: Hucitec.
- LIMA, D. V., & CASTRO, R. G. (2013). *Contabilidade Pública: Integrando União, Estados e Municípios (Siafi e Siafem)* (3ª ed.). São Paulo: Atlas.

MEDEIROS, K. R., ALBUQUERQUE, P. C., TAVARES, R. A., & SOUZA, W. V. (Junho de 2017). Lei de Responsabilidade Fiscal e as despesas com pessoal da saúde: uma análise da condição dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2009. *Ciência e Saúde Coletiva - Revista da Associação Brasileira de Saúde Coletiva vol. 22*.

PEREIRA, J. M. (2003). *Finanças Públicas: a política orçamentária no Brasil* (2ª ed.). São Paulo: Atlas.

PEREIRA, J. M. (2012). *Finanças Públicas: foco na política fiscal, no planejamento e orçamento público* (6ª ed.). São PAULO: Atlas.

SALVAGNIN, L. N. (27 a 29 de Julho de 2016). Análise Financeira dos Balanços Orçamentários dos Municípios da Região Metropolitana de São Paulo: um tratamento mensurável das variáveis que refletem aspectos subjetivos da administração pública. *XVI Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*.

SILVA, A. R., SILVA, M. C., SOUZA, F. J., & SILVA, J. D. (20 a 30 de Julho de 2015). Gasto na Melhoria da Qualidade de Vida: Avaliação de Funções de Governo dos 40 Municípios Melhores Classificados no IDHM. *XV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*.

SOUZA, M., MAUSS, C. V., DIEHL, C., & BLEIL, C. (24 e 25 de Julho de 2008). A Gestão Pública por Resultados e a Avaliação de Desempenho. *VIII Congresso USP de Controladoria e Contabilidade*.

SECRETARIA DO TESOUREIRO NACIONAL, S. d. (s.d.). Acesso em 22 de Janeiro de 2018, disponível em Tesouro Nacional: www.tesouro.fazenda.gov.br/contas-aneis

APÊNDICE A – TABELAS REFERENTES AOS CÁLCULOS

Tabela 6: Planilha como modelo de cálculo para Receita Corrente Líquida

Cálculo da Receita Corrente Líquido - Ano 2013					Fórmula:	Receitas Correntes (-) Deduções = Rec cor Líquida
Estados	AC	AL	AM	AP		
Receitas Correntes	4.683.980.123,77	7.227.856.883,69	14.170.239.484,36	4.341.716.963,14		
Deduções	606.866.827,22	985.616.243,95	1.531.787.308,88	709.929.878,47		
Rec cor Líquida	4.077.113.296,55	6.242.240.639,74	12.638.452.175,48	3.631.787.084,67		
Estados	BA	CE	DF	ES		
Receitas Correntes	33.133.456.883,90	18.575.040.419,97	17.849.330.837,06	15.098.886.262,53		
Deduções	-3.765.067.546,28	2.341.009.077,77	1.577.026.086,75	4.230.205.259,94		
Rec cor Líquida	36.898.524.430,18	16.234.031.342,20	16.272.304.750,31	10.868.681.002,59		
Estados	GO	MA	MG	MS		
Receitas Correntes	22.283.375.332,78	12.579.872.191,21	62.612.898.817,30	10.458.241.449,85		
Deduções	6.515.664.354,33	1.635.410.102,70	7.005.808.195,30	1.179.415.612,79		
Rec cor Líquida	15.767.710.978,45	10.944.462.088,51	55.607.090.622,00	9.278.825.837,06		
Estados	MT	PA	PB	PE		
Receitas Correntes	15.618.318.726,06	18.196.166.056,87	9.642.585.310,14	23.945.699.181,77		
Deduções	5.494.504.833,15	2.111.380.218,74	2.296.185.707,93	2.738.738.240,02		
Rec cor Líquida	10.123.813.892,91	16.084.785.838,13	7.346.399.602,21	21.206.960.941,75		
Estados	PI	PR	RJ	RN		
Receitas Correntes	7766191351	35033158669	63457785359	9928940932		
Deduções	1.750.401.762,74	3.853.980.110,95	5.410.986.529,77	1.175.447.407,31		
Rec cor Líquida	6.015.789.588,02	31.179.178.558,11	58.046.798.828,80	8.753.493.524,84		
Estados	RO	RR	SC	SC		
Receitas Correntes	6.582.995.267,10	3.024.966.201,82	39.713.753.365,22	24.082.818.865,64		
Deduções	806.213.672,75	420.603.192,06	4.288.167.985,37	7.629.083.194,82		
Rec cor Líquida	5.776.781.594,35	2.604.363.009,76	35.425.585.379,85	16.453.735.670,82		
Estados	SE	SP	TO	Total dos Estados		
Receitas Correntes	7.473.140.614,30	170.017.901.652,03	6.892.086.783,98	664.391.403.985,03		
Deduções	1.649.369.392,69	0,00	857.481.885,85	65.036.215.535,97		
Rec cor Líquida	5.823.771.221,61	170.017.901.652,03	6.034.604.898,13	599.355.188.449,06		

Tabela 7 – IPCA em índices percentuais

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	ACUMULADO NO ANO
1980	6,62	4,62	6,04	5,29	5,7	5,31	5,55	4,95	4,23	9,48	6,67	6,61	99,27%
1981	6,84	6,4	4,97	6,46	5,56	5,52	6,26	5,5	5,26	5,08	5,27	5,93	95,65%
1982	6,97	6,64	5,71	5,89	6,66	7,1	6,36	5,97	5,08	4,44	5,29	7,81	104,80%
1983	8,64	7,86	7,34	6,58	6,48	9,88	10,1	9,11	10,3	8,87	7,38	8,68	163,99%
1984	9,67	9,5	8,94	9,54	9,05	10,08	9,72	9,35	11,8	10,4	10,5	12	215,27%
1985	11,76	10,9	10,2	8,2	7,2	8,49	10,3	12,1	11,1	10,6	14	15,1	242,24%
1986	14,37	12,7	4,77	0,78	1,4	1,27	1,71	3,55	1,72	1,9	5,45	11,7	79,65%
1987	13,21	12,6	16,4	19,1	21,45	19,71	9,21	4,87	7,78	11,2	15,1	14,2	363,41%
1988	18,89	15,7	17,6	19,3	17,42	22	21,9	21,6	27,5	25,6	27,9	28,7	980,22%
1989	37,49	16,8	6,82	8,33	17,92	28,65	27,7	33,7	37,6	39,8	47,8	51,5	1.972,91%
1990	67,55	75,7	82,4	15,5	7,59	11,75	12,9	12,9	14,4	14,4	16,8	18,4	1620,96%
1991	20,75	20,7	11,9	4,99	7,43	11,19	12,4	15,6	15,6	20,2	25,2	23,7	472,69%
1992	25,94	24,3	21,4	19,9	24,86	20,21	21,8	22,1	24,6	25,2	22,5	25,2	1119,09%
1993	30,35	25	27,3	27,8	27,69	30,07	30,7	33	35,7	33,9	35,6	36,8	2477,15%
1994	41,31	40,3	42,8	42,7	44,03	47,43	6,84	1,86	1,53	2,62	2,81	1,71	916,43%
1995	1,7	1,02	1,55	2,43	2,67	2,26	2,36	0,99	0,99	1,41	1,47	1,56	22,41%
1996	1,34	1,03	0,35	1,26	1,22	1,19	1,11	0,44	0,15	0,3	0,32	0,47	9,56%
1997	1,18	0,5	0,51	0,88	0,41	0,54	0,22	-0,02	0,06	0,23	0,17	0,43	5,22%
1998	0,71	0,46	0,34	0,24	0,5	0,02	0,12	-0,51	0,22	0,02	-0,12	0,33	1,66%
1999	0,7	1,05	1,1	0,56	0,3	0,19	1,09	0,56	0,31	1,19	0,95	0,6	8,94%
2000	0,62	0,13	0,22	0,42	0,01	0,23	1,61	1,31	0,23	0,14	0,32	0,59	5,97%
2001	0,57	0,46	0,38	0,58	0,41	0,52	1,33	0,7	0,28	0,83	0,71	0,65	7,67%

2002	0,52	0,36	0,6	0,8	0,21	0,42	1,19	0,65	0,72	1,31	3,02	2,1	12,53%
2003	2,25	1,57	1,23	0,97	0,61	-0,15	0,2	0,34	0,78	0,29	0,34	0,52	9,30%
2004	0,76	0,61	0,47	0,37	0,51	0,71	0,91	0,69	0,33	0,44	0,69	0,86	7,60%
2005	0,58	0,59	0,61	0,87	0,49	-0,02	0,25	0,17	0,35	0,75	0,55	0,36	5,69%
2006	0,59	0,41	0,43	0,21	0,1	-0,21	0,19	0,05	0,21	0,33	0,31	0,48	3,14%
2007	0,44	0,44	0,37	0,25	0,28	0,28	0,24	0,47	0,18	0,3	0,38	0,74	4,45%
2008	0,54	0,49	0,48	0,55	0,79	0,74	0,53	0,28	0,26	0,45	0,36	0,28	5,90%
2009	0,48	0,55	0,2	0,48	0,47	0,36	0,24	0,15	0,24	0,28	0,41	0,37	4,31%
2010	0,75	0,78	0,52	0,57	0,43	0	0,01	0,04	0,45	0,75	0,83	0,63	5,90%
2011	0,83	0,8	0,79	0,77	0,47	0,15	0,16	0,37	0,53	0,43	0,52	0,5	6,50%
2012	0,56	0,45	0,21	0,64	0,36	0,08	0,43	0,41	0,57	0,59	0,6	0,79	5,83%
2013	0,86	0,6	0,47	0,55	0,37	0,26	0,03	0,24	0,35	0,57	0,54	0,92	5,91%

FONTES: Base de dados do Portal Brasil e IBGE.

Tabela 8: Cálculos atualização monetária - IPCA

2003	2,25	1,57	1,23	0,97	0,61	-0,15	0,2	0,34	0,78	0,29	0,34	0,52	9,30%	2003-2013	55,23%
2004	0,76	0,61	0,47	0,37	0,51	0,71	0,91	0,69	0,33	0,44	0,69	0,86	7,60%	2004-2013	47,63%
2005	0,58	0,59	0,61	0,87	0,49	-0,02	0,25	0,17	0,35	0,75	0,55	0,36	5,69%	2005-2013	41,94%
2006	0,59	0,41	0,43	0,21	0,1	-0,21	0,19	0,05	0,21	0,33	0,31	0,48	3,14%	2006-2013	38,80%
2007	0,44	0,44	0,37	0,25	0,28	0,28	0,24	0,47	0,18	0,3	0,38	0,74	4,45%	2007-2013	34,35%
2008	0,54	0,49	0,48	0,55	0,79	0,74	0,53	0,28	0,26	0,45	0,36	0,28	5,90%	2008-2013	28,45%
2009	0,48	0,55	0,2	0,48	0,47	0,36	0,24	0,15	0,24	0,28	0,41	0,37	4,31%	2009-2013	24,14%
2010	0,75	0,78	0,52	0,57	0,43	0	0,01	0,04	0,45	0,75	0,83	0,63	5,90%	2010-2013	18,24%
2011	0,83	0,8	0,79	0,77	0,47	0,15	0,16	0,37	0,53	0,43	0,52	0,5	6,50%	2011-2013	11,74%
2012	0,56	0,45	0,21	0,64	0,36	0,08	0,43	0,41	0,57	0,59	0,6	0,79	5,83%	2012-2013	5,91%
2013	0,86	0,6	0,47	0,55	0,37	0,26	0,03	0,24	0,35	0,57	0,54	0,92	5,91%	2013-2013	

Calculado pelo autor

Tabela 9: Planilha referente aos cálculos de índices financeiros atualizados monetariamente

DESPESAS COM PESSOAL NO ESTADO DE AMAZONAS (2003-2013)					
	DESPESAS		RECEITA		
PERÍODO	DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS TOTAIS	RECEITAS CORRENTE LÍQUIDAS	MONETÁRIA DESP COM PESSOAL (2013)	
2003	R\$ 1.629.412.326,99	R\$ 3.740.743.094,14	R\$ 3.704.174.275,69	R\$ 2.529.336.755,19	
2004	R\$ 1.847.383.327,93	R\$ 4.500.550.618,76	R\$ 4.480.071.694,93	R\$ 2.727.292.007,02	
2005	R\$ 2.112.950.341,53	R\$ 5.258.371.581,25	R\$ 5.133.763.464,69	R\$ 2.999.121.714,77	
2006	R\$ 2.355.639.668,45	R\$ 5.748.211.704,23	R\$ 5.610.739.288,13	R\$ 3.269.627.859,81	
2007	R\$ 2.589.253.572,66	R\$ 6.304.968.972,01	R\$ 6.845.050.353,05	R\$ 3.478.662.174,87	
2008	R\$ 3.075.449.458,53	R\$ 7.784.046.437,05	R\$ 7.671.589.228,28	R\$ 3.950.414.829,48	
2009	R\$ 3.438.629.249,52	R\$ 8.686.970.064,25	R\$ 7.367.398.843,73	R\$ 4.268.714.350,35	
2010	R\$ 3.717.563.655,77	R\$ 9.750.686.645,77	R\$ 8.931.796.490,94	R\$ 4.395.647.266,58	
2011	R\$ 4.354.399.453,06	R\$ 10.616.815.145,76	R\$ 10.157.029.760,64	R\$ 4.865.605.948,85	
2012	R\$ 5.206.044.284,94	R\$ 12.159.258.984,53	R\$ 11.702.384.557,51	R\$ 5.513.721.502,18	
2013	R\$ 5.229.413.090,27	R\$ 13.541.235.641,91	R\$ 12.638.452.175,48	R\$ 5.229.413.090,27	
		ÍNDICES			
ATUALIZ. MONETÁRIA DESP TOTAIS (2013)	ATUALIZ. MONETÁRIA RECEITAS COR LÍQUIDAS (2013)	DESPESAS COM PESSOAL/DESPESA S TOTAIS	DESPESAS COM PESSOAL/RECCOR R. LÍQUIDA		
R\$ 5.806.755.505,03	R\$ 5.749.989.728,15	R\$ 0,44	R\$ 0,44	55,23%	
R\$ 6.644.162.878,48	R\$ 6.613.929.843,23	R\$ 0,41	R\$ 0,41	47,63%	
R\$ 7.463.732.622,43	R\$ 7.286.863.861,78	R\$ 0,40	R\$ 0,41	41,94%	
R\$ 7.978.517.845,47	R\$ 7.787.706.131,92	R\$ 0,41	R\$ 0,42	38,80%	
R\$ 8.470.725.813,90	R\$ 9.196.325.149,32	R\$ 0,41	R\$ 0,38	34,35%	
R\$ 9.998.607.648,39	R\$ 9.854.156.363,73	R\$ 0,40	R\$ 0,40	28,45%	
R\$ 10.784.004.637,76	R\$ 9.145.888.924,61	R\$ 0,40	R\$ 0,47	24,14%	
R\$ 11.529.211.889,96	R\$ 10.560.956.170,89	R\$ 0,38	R\$ 0,42	18,24%	
R\$ 11.863.229.243,87	R\$ 11.349.465.054,54	R\$ 0,41	R\$ 0,43	11,74%	
R\$ 12.877.871.190,52	R\$ 12.393.995.484,86	R\$ 0,43	R\$ 0,44	5,91%	
R\$ 13.541.235.641,91	R\$ 12.638.452.175,48	R\$ 0,39	R\$ 0,41		

Calculado pelo autor

Tabela 10: Planilha referente aos índices transposto (DCP/DT e DCP/RCL)

		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
ACRE	DCP/DT	0,54	0,53	0,50	0,42	0,49	0,44	0,39	0,37	0,42	0,43	0,41
	DCP/RCL	0,57	0,57	0,52	0,50	0,51	0,50	0,51	0,50	0,49	0,55	0,50
AL	DCP/DT	0,44	0,45	0,48	0,52	0,56	0,54	0,51	0,44	0,48	0,47	0,50
	DCP/RCL	0,49	0,47	0,53	0,54	0,52	0,56	0,61	0,51	0,51	0,53	0,52
AM	DCP/DT	0,44	0,41	0,40	0,41	0,41	0,40	0,40	0,38	0,41	0,43	0,39
	DCP/RCL	0,44	0,41	0,41	0,42	0,38	0,40	0,47	0,42	0,43	0,44	0,41
AP	DCP/DT	0,48	0,49	0,50	0,52	0,55	0,52	0,51	0,53	0,52	0,51	0,43
	DCP/RCL	0,47	0,48	0,44	0,51	0,50	0,47	0,53	0,54	0,51	0,55	0,41
BA	DCP/DT	0,44	0,44	0,44	0,46	0,48	0,47	0,49	0,46	0,47	0,48	0,48
	DCP/RCL	0,47	0,45	0,45	0,47	0,48	0,52	0,56	0,52	0,53	0,53	0,43
CE	DCP/DT	0,42	0,43	0,44	0,37	0,46	0,46	0,43	0,41	0,43	0,45	0,46
	DCP/RCL	0,46	0,46	0,45	0,49	0,45	0,44	0,47	0,47	0,46	0,51	0,50
DF	DCP/DT	0,44	0,38	0,44	0,48	0,52	0,54	0,42	0,56	0,56	0,55	0,58
	DCP/RCL	0,44	0,39	0,44	0,50	0,46	0,54	0,46	0,57	0,58	0,59	0,59
ES	DCP/DT	0,46	0,45	0,32	0,30	0,31	0,29	0,31	0,42	0,42	0,51	0,57
	DCP/RCL	0,46	0,45	0,30	0,30	0,29	0,30	0,36	0,51	0,47	0,59	0,69
GO	DCP/DT	0,42	0,44	0,44	0,50	0,50	0,46	0,47	0,49	0,54	0,53	0,57
	DCP/RCL	0,43	0,47	0,46	0,52	0,48	0,46	0,50	0,54	0,61	0,64	0,63
MG	DCP/DT	0,49	0,48	0,45	0,44	0,44	0,42	0,44	0,45	0,43	0,43	
	DCP/RCL	0,52	0,49	0,46	0,46	0,42	0,43	0,48	0,48	0,50	0,52	
MA	DCP/DT	0,43	0,57	0,51	0,46	0,49	0,43	0,44	0,38	0,35	0,44	0,43
	DCP/RCL	0,48	0,53	0,44	0,45	0,42	0,43	0,48	0,42	0,37	0,46	0,50
MS	DCP/DT	0,42	0,42	0,33	0,35	0,37	0,33	0,34	0,34	0,36	0,49	0,49
	DCP/RCL	0,47	0,46	0,36	0,37	0,36	0,35	0,39	0,42	0,43	0,59	0,58
MT	DCP/DT	0,42	0,39	0,40	0,43	0,45	0,44	0,42	0,46	0,49	0,46	0,58
	DCP/RCL	0,43	0,39	0,41	0,44	0,43	0,46	0,49	0,52	0,55	0,56	0,67
PA	DCP/DT	0,51	0,49	0,40	0,34	0,40	0,37	0,38	0,37	0,54	0,54	0,54

	DCP/RCL	0,52	0,50	0,40	0,35	0,41	0,39	0,41	0,40	0,53	0,53	0,56
PB	DCP/DT	0,56	0,55	0,46	0,51	0,48	0,48	0,57	0,58	0,57	0,57	0,55
	DCP/RCL	0,61	0,61	0,46	0,52	0,46	0,50	0,63	0,68	0,59	0,67	0,62
PE	DCP/DT	0,53	0,53	0,52	0,45	0,53	0,51	0,49	0,48	0,47	0,47	0,47
	DCP/RCL	0,57	0,55	0,52	0,46	0,56	0,58	0,61	0,60	0,56	0,60	0,59
PI	DCP/DT	0,55	0,52	0,48	0,31	0,40	0,38	0,35	0,38	0,41	0,39	0,42
	DCP/RCL	0,70	0,59	0,46	0,33	0,46	0,42	0,45	0,45	0,46	0,46	0,47
PR	DCP/DT	0,45	0,46	0,44	0,46	0,49	0,48	0,48	0,49	0,53	0,51	0,45
	DCP/RCL	0,46	0,46	0,45	0,48	0,46	0,47	0,49	0,50	0,52	0,53	0,42
RJ	DCP/DT	0,45	0,41	0,24	0,23	0,27	0,26	0,26	0,25	0,25	0,26	0,3
	DCP/RCL	0,46	0,41	0,25	0,24	0,28	0,26	0,29	0,28	0,27	0,30	0,35
RN	DCP/DT	0,56	0,53	0,47	0,39	0,47	0,45	0,44	0,46	0,49	0,50	0,63
	DCP/RCL	0,57	0,55	0,47	0,40	0,48	0,48	0,51	0,49	0,53	0,54	0,67
RO	DCP/DT	0,46	0,45	0,46	0,46	0,44	0,41	0,40	0,42	0,44	0,47	0,51
	DCP/RCL	0,46	0,47	0,46	0,46	0,40	0,40	0,46	0,45	0,44	0,49	0,50
RR	DCP/DT	0,44	0,45	0,40	0,37	0,38	0,38	0,37	0,42	1,00	0,40	0,34
	DCP/RCL	0,49	0,38	0,37	0,36	0,39	0,35	0,42	0,45	0,50	0,45	0,45
RS	DCP/DT	0,53	0,51	0,49	0,50	0,54	0,49	0,41	0,39	0,40	0,59	0,60
	DCP/RCL	0,56	0,56	0,52	0,54	0,53	0,53	0,49	0,50	0,49	0,75	0,75
SC	DCP/DT	0,43	0,44	0,44	0,36	0,38	0,38	0,36	0,37	0,57	0,53	0,57
	DCP/RCL	0,50	0,45	0,44	0,41	0,35	0,37	0,40	0,40	0,60	0,64	0,64
SE	DCP/DT	0,52	0,50	0,52	0,52	0,60	0,57	0,58	0,57	0,47	0,64	0,62
	DCP/RCL	0,53	0,53	0,50	0,56	0,55	0,55	0,63	0,63	0,57	0,75	0,73
SP	DCP/DT	0,46	0,43	0,41	0,41	0,38	0,33	0,33	0,32	0,32	0,33	0,43
	DCP/RCL	0,46	0,44	0,43	0,42	0,39	0,37	0,37	0,36	0,36	0,38	0,44
TO	DCP/DT	0,34	0,37	0,36	0,43	0,42	0,37	0,44	0,46	0,53	0,52	0,58
	DCP/RCL	0,39	0,41	0,36	0,45	0,43	0,39	0,47	0,50	0,54	0,53	0,61
BRASIL	DCP/DT	0,46	0,45	0,41	0,41	0,42	0,39	0,39	0,39	0,40	0,43	0,47
	DCP/RCL	0,48	0,46	0,42	0,42	0,42	0,41	0,44	0,43	0,45	0,49	0,45

Calculado pelo autor

APÊNDICE B

Tabela 10: Modelo de planilha de artigos lidos para estruturação do referencial teórico

Variáveis	METODOLOGIA 1\FINANCEIRA	METODOLOGIA 2\ESTATÍSTICA	TÍTULO DO ARTIGO	REFERENCIA\FONTE	OBSERVAÇÕES
<p>Varáveis Financeiras: DÍVIDA FINANCEIRA (DF); RECEITA LÍQUIDA REAL (RLR); DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL); E RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) + variáveis PIB; e Despesas com Pessoal.</p> <p>Variáveis estatísticas: End (variável dependente-Nível de endividamento); TEND (variável independente - Controle do tempo); ELEI (dummy - Ciclo eleitoral); PES (evolução das despesas com pessoal per capita nos Estados); SEL (Taxa SELIC - Influência dos juros); e PIB (PIB per capita dos Estados).</p>	<p>Tendência de redução do nível de endividamento apurada por meio da relação entre a DCL e a RCL (DCL / RCL = Nível de Endividamento "END") e a relação entre DF e RLR (DF/RLR) para apuração de endividamento anterior a LRF</p>	<p>Análise de dados em painel: por meio de métodos estatísticos e equação com a finalidade de determinar a tendência de evolução do endividamento.</p>	<p>GORONCIO, E. A: A EVOLUÇÃO DO ENVIDAMENTO DOS ESTADOS BRASILEIROS APÓS A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. 2010. Dissertação (Mestrado em educação) - Fundação Instituto Capixaba de Pesquisas em Contabilidade, Economia e Finanças (FUCAPE), Vitória, 2010</p>	<p>GORONCIO (2010)</p>	<p>As hipótese testadas foram: Caso 1: H0 (hipótese nula): não houve tendência de diminuição do endividamento dos Estados brasileiros após a edição da LRF; H1 (hipótese de validação): houve tendência de diminuição do endividamento dos Estados brasileiros após a edição da LRF ; e Caso 2: H0 (hipótese nula): não houve relevância da LRF para a diminuição / aumento do endividamento dos Estados; e H1 (hipótese de validação): houve relevância da LRF para a diminuição / aumento do endividamento dos Estados.</p>
FÓRMULA:	$End_{it} = \alpha_i + \beta_1 LRF_{it} TEND_{it} + \beta_2 METOD_{it} + \beta_3 LRF_{it} + \beta_4 TEND_{it} + \beta_5 ELEI_{it} + \beta_6 SEL_{it} + \varepsilon_{it} \quad (4)$				
Variáveis	METODOLOGIA 1\FINANCEIRA	METODOLOGIA 2\ESTATÍSTICA	TÍTULO DO ARTIGO	REFERENCIA - FONTE	OBSERVAÇÕES

<p>Receita total arrecadada; Produto Interno Bruto- (PIB); Receita Corrente Líquida (RCL); Receita Corrente Total (RCT); Gastos com Pessoal; despesas não pagas nos últimos oito meses do mandato do poder executivo; Disponibilidades financeiras ao final do mandato; Dívida consolidada; gastos com serviços de terceiros; Receita arrecadada para o bimestre; Receita prevista no bimestre</p>	<p>Indicadores de desempenho Conforme fórmulas: Evolução da receita = Δ da receita X0-X1 / Δ do PIB estadual X0-X1 (indicador 01); RCL disponível = Receita corrente líquida / Receita corrente total (indicador 02); RCL comprometida com gastos com pessoal = gastos com pessoal total / Receita corrente líquida (indicador 03); Disponibilidade financeira real = Disponibilidade em 31.12.X0 / Despesas não pagas nos últimos oito meses (indicador 04); RCL em relação à dívida consolidada = Dívida consolidada / Receita corrente líquida (indicador 05); Gastos com terceiros em relação à RCL = gastos com serviços de terceiros / RCL (indicador 06); Receita arrecadada no bimestre = Receita arrecadada para o bimestre / Receita prevista no bimestre</p>	<p>LAGIOIA, U et al. MODELO MUNICIPAL DE INDICADORES DE DESEMPENHO FRENTE À LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. 2001. VIII Congresso Brasileiro de Custos – São Leopoldo, RS, Brasil, 3 a 5 de outubro de 2001</p>	<p>LAGIOIA et al (2001)</p>	<p>Não houve método\processamentos estatísticos</p>
--	---	--	-----------------------------	---

Variáveis	METODOLOGIA 1/FINANCEIRA	METODOLOGIA 2\ESTATÍSTICA	TÍTULO DO ARTIGO	REFERENCIA - FONTE	OBSERVAÇÕES
-----------	--------------------------	---------------------------	------------------	--------------------	-------------

<p>Assistência social; previdência social; saúde; educação; cultura; direitos da cidadania; urbanismo; habitação; saneamento e desportos e lazer (Estas variáveis compõe o Índice de Desempenho dos Gastos Públicos na Melhoria da qualidade de vida- Gastos Públicos per capita das funções do governo.</p>	<p>Método de pesquisa empírico-analítico (arquivo/empirista - banco de dados) que corresponde à utilização de técnica de coleta, tratamento e análise de dados com métricas quantitativas. A métrica quantitativa utilizada para construir o índice de desempenho é a técnica multivariada da Análise de Componentes Principais (ACP)</p>	<p>SILVA, R.P el tal. Gastos Públicos na Melhoria da Qualidade de Vida: Avaliação de Funções de Governo dos 40 Municípios Melhores Classificados no IDHM. 2015. Congresso USP: Contabilidade e Controladoria no Século 21 - São Paulo, 29 a 31 de julho de 2015.</p>	<p>SILVA el tal (2015)</p>	<p>As variáveis observadas são decompostas em seus autovalores (variâncias) e autovetores (coeficientes padronizados) em equações de combinações lineares</p>
---	---	--	----------------------------	---

Variáveis	METODOLOGIA 1/FINANCEIRA	METODOLOGIA 2\ESTATÍSTICA	TÍTULO DO ARTIGO	REFERENCIA - FONTE	OBSERVAÇÕES
-----------	--------------------------	---------------------------	------------------	--------------------	-------------

receita arrecadada; despesa empenhada; ativo financeiro; passivo financeiro; total de endividamento; Receita Corrente Líquida; gastos com pessoal; limite de operação de crédito ; e receita com operação de crédito	<p>Resultado orçamentário= receita arrecadada (-) despesa empenhada; resultado financeiro permite= ativo financeiro (-) passivo financeiro; Nível de Índice de Endividamento= total de endividamento de longo prazo formado pela dívida interna e dívida externa dos entes ÷ Receita Corrente Líquida do período; Gastos com Pessoal= gastos com pessoal ÷ RCL; Limite de operação de crédito= Receita com op de crédito ÷ RCL. OBS.: Não houve procedimentos estatísticos.</p>	<p>Azevedo, R. R. UMA ANÁLISE DOS ÍNDICES DA LRF NOS MUNICÍPIOS PAULISTAS APÓS A IMPLANTAÇÃO DO PROJETO AUDESP. 2013. 13º Congresso USP: Desafio e Tendências da Normatização Contábil. São Paulo\SP - 25 de julho de 2013.</p>	Azevedo (2013)	2004 a 2007 como sendo o período anterior ao AUDESP e para a análise do período posterior será feita a análise dos dados de 2008 a 2011
--	--	---	----------------	---

Variáveis	METODOLOGIA 1\FINANCEIRA	METODOLOGIA 2\ESTATÍSTICA	TÍTULO DO ARTIGO	REFERENCIA - FONTE	OBSERVAÇÕES
-----------	--------------------------	---------------------------	------------------	--------------------	-------------

<p>Receita Executada; Receita Prevista; despesas executada; depesas previstas (...)</p>	<p>APLICAÇÃO DA ANÁLISE DE BALANÇOS: Quociente de Execução da Receita= Receita Executada/ Receita Prevista; Quociente de Execução da Despesa= Despesa Executada/Despesa Fixada; Quociente do Resultado Orçamentário= Receita Executada/Despesa Executada (...)</p>	<p>PESSOA, M. N. M. el tal. Análise de Balanços Aplicada ao Setor Público: o caso da Universidade Federal do Ceará.. In: 3º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2003, São Paulo. Anais do 3º Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2003.</p>	<p>PESSOA (2003)</p>	<p>Não houve procedimentos estatísticos</p>
---	--	--	----------------------	---

Variáveis	METODOLOGIA 1/FINANCEIRA	METODOLOGIA 2\ESTATÍSTICA	TÍTULO DO ARTIGO	REFERENCIA - FONTE	OBSERVAÇÕES
-----------	--------------------------	---------------------------	------------------	--------------------	-------------

<p>P1: Liquidez Corrente (LC); P2 Situação Financeira Líquida (SL); P3: Situação Financeira Líquida (SL); P4: Comprometimento com Dívidas (CD); P5: Situação Financeira Líquida (SL); P6: Estrutura de Capital (EC); P7: Estrutura de Capital (EC); P8: Despesas com pessoal (DP)</p>	<p>Foram rodados os índices referente às variáveis P1 a P8</p>	<p>modelo matemático (Ferrementa Estatística) da análise de componentes principais- Busca explicar a estrutura de variância-covariância dos dados que se está analisando.</p>	<p>SOARES, M el tal. O EMPREGO DA ANÁLISE DE BALANÇOS E MÉTODOS ESTATÍSTICOS NA ÁREA PÚBLICA: O RANKING DE GESTÃO DOS MUNICÍPIOS CATARINENESES. 2010. XXX ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. São Carlos, SP, Brasil, 12 a15 de outubro de 2010.</p>	<p>SOARES, M el tal (2010)</p>	<p>O tratamento e análise de dados serão realizados por meio de um software aplicativo do tipo científico (SPSS - Statistical Package for Social Science), sendo que a análise de covariância realizou-se sobre os dados normalizados. O resultado foi demonstrando por um Ranking dos 10 primeiros e 10 últimos colocados</p>
--	--	---	---	--------------------------------	--

Variáveis	METODOLOGIA 1/FINANCEIRA	METODOLOGIA 2\ESTATÍSTICA	TÍTULO DO ARTIGO	REFERENCIA - FONTE	OBSERVAÇÕES
-----------	--------------------------	---------------------------	------------------	--------------------	-------------

Endividamento; Lei de Responsabilidade Fiscal; Eleição; PIB Per Capita; Risco Brasil, Taxa Real de Juros	Índice Médio de Endividamento (DCL/RCL)	Modelo Econométrico: Para analisar o efeito das variáveis explicativas e variáveis de controle. A análise dos resultados será feita em dados em painel utilizando três métodos: efeitos aleatórios, efeitos fixos e dados agrupados	COSTA, J. F: REFLEXOS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NO ENDIVIDAMENTO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. 2008. 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTABILIDADE , 24 A 28 DE AGOSTO DE 2008, GRAMADO-RS ANAIS DOS TRABALHOS CIENTÍFICOS	COSTA (2008)	
Fórmula:	$End_{i,t} = \beta_{0i,t} + \beta_1 LRF_{i,t} + \beta_2 Eleição_{i,t} + \beta_3 PIBPER_{i,t} + \beta_4 RiscoBrasil_{i,t} + \beta_5 TaxaRealJuros_{i,t} + \hat{a}_{i,t}$				